



ÁFRICA OCIDENTAL, 1ª REGIÃO DO MUNDO A ADOTAR UM PLANO DE AÇÃO REGIONAL

Uma nova etapa na luta contra a apatridia

A reunião regional ministerial, [organizada conjuntamente pela CEDEAO e o ACNUR](#), e acolhida pelo governo da Gâmbia durou 3 dias e contou com a participação dos 15 estados membros da CEDEAO. Como resultado, um plano de ação regional para erradicar a apatridia até 2024 foi revisado e aprovado, e recebeu o nome de [“Plano de Ação de Banjul”](#).

Durante os 2 primeiros dias de reunião, os 15 pontos focais de apatridia de cada governo, nomeados em aplicação ao artigo 22 da [Declaração de Abidjan](#), revisaram o plano de ação, que contém as medidas concretas para eliminar os obstáculos existentes à aquisição de uma nacionalidade na região.

Os ministros encarregados de questões ligadas à nacionalidade dos 15 estados membros validaram o plano no dia 9 de maio. O mesmo foi, em seguida, adotado pelo Conselho de Ministros da CEDEAO em Monrovia, na Libéria, no dia 2 de junho, o que o tornou um documento jurídico vinculativo. Por meio dessas iniciativas, a África Ocidental confirmou, novamente, a sua posição de campeã na luta contra a apatridia.



Participantes durante a reunião ministerial. ©UNHCR/Stéphane Diéné



Fresco pintado por artistas senegaleses durante a reunião ministerial e assinado pelos participantes ©UNHCR/Stéphane Diéné

Diversas personalidades de alto nível participaram da reunião, nomeadamente a Vice Presidente da Gambia, Senhora Fatoumata Jallow Tambajang, que saudou a determinação da sub-região em atacar as “raízes profundas da apatridia”; o Representante do Secretário Geral das Nações Unidas para a África Ocidental, Dr. Mohamed Ibn Chambas, que insistiu na importância de se estabelecer um quadro político e jurídico comum para a erradicação da apatridia; e o Alto Comissário Assistente da ACNUR para a Proteção, Senhor Volker Türk, que salientou a exemplaridade dos estados membros da CEDEAO em validar um plano de ação, que ele considera “único e inspirador”.



Dr. Mohamed Ibn Chambas, Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas para a África Ocidental, ávido entusiasta da campanha #Ibelong ©UNHCR/Stéphane Diéné



Sr. Volker Türk, Alto Comissário Assistente da ACNUR para a Proteção, ávido entusiasta da campanha #Ibelong ©UNHCR/Stéphane Diéné

Representantes de outras organizações internacionais como a UNICEF, a UNFPA e o Banco Mundial também estiveram presentes para confirmar seus engajamentos na luta contra a apatridia.

A validação do plano de ação de Banjul chamou a atenção de mídias nacionais, africanas e internacionais. Veja a cobertura mediática no site a seguir: <http://www.unhcr.org/ecowas2017/> Dois vídeos foram elaborados e oferecem um resumo único dos bastidores da [reunião de especialistas](#) e da [reunião ministerial](#).



Celebração da validação do plano de ação de Banjul durante o terceiro dia da Conferência ©UNHCR/Stéphane Diéné



Sr. Mai Ahmad Fatty, Ministro do Interior da República da Gambia; Sra. Fatimata Dia Sow, Comissária responsável por Assuntos Sociais e de Gênero na CEDEAO e Sra. Liz Ahua, Representante regional do ACNUR na África Ocidental felicitam a validação do plano de ação de Banjul. ©UNHCR/Stephane Diéné

Plano de ação de Banjul: um avanço importante na implementação da Declaração de Abidjan

O plano de ação regional de Banjul constitui um novo instrumento para a erradicação da apatridia na região da CEDEAO até o ano de 2024. Ele traduz os compromissos firmados durante a Declaração de Abidjan de 2015 em 60 ações tangíveis, e se articula em torno de 6 objetivos:



Quadro jurídico, político e institucional para erradicar a apatridia.



Dados quantitativos e qualitativos sobre a apatridia.



Livre circulação de pessoas apátridas, sua integração e proteção.



Advocacy e conscientização.



Acesso a provas de nacionalidade.



Mecanismos de acompanhamento e avaliação.



PLANO DE ACÇÃO DE BANJUL DA COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO) PARA A ERRADICAÇÃO DA APATRIDIA 2017-2024

CONTEXTO:

Globalmente, milhões de pessoas, incluindo centenas de milhares na África Ocidental, não são consideradas cidadãos nacionais de nenhum Estado, sendo, por isso, apátridas, o que limita o seu acesso ao conjunto pleno dos direitos humanos. Entre as causas da apatridia contam-se as falhas nas leis e políticas de nacionalidade que deixam algumas pessoas sem reconhecimento de nacionalidade por nenhum Estado. Apesar de não haver um quadro legal abrangente que aborde estas falhas, foram desenvolvidos esforços significativos pelos Estados-Membros da CEDEAO no sentido de dar resposta à questão, nomeadamente através da ratificação da Convenção de 1954 relativa ao Estatuto das Pessoas Apátridas e / ou da Convenção sobre a Redução da Apatridia na região.

Igualmente, a Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo adoptou Protocolos posteriores ao Tratado revisado da CEDEAO, os quais abordam algumas dimensões da apatridia, incluindo o Protocolo de 1979 sobre a Livre Circulação de Pessoas, o Direito de Residência e Estabelecimento e o Protocolo de 1982 relativo à definição de Cidadão da Comunidade.

A Declaração de Abidjan é um instrumento histórico e um marco no combate à apatridia na África Ocidental. A Declaração foi adoptada durante a primeira Conferência Ministerial sobre a Apatridia em Abidjan, na Costa do Marfim, organizada conjuntamente pela CEDEAO e pelo ACNUR em Fevereiro de 2015. A Declaração de Abidjan reconhece que a apatridia é uma questão importante na região e define 25 medidas específicas, dirigidas em particular aos Estados-Membros da CEDEAO, sobre como acabar com os casos de apatridia até 2024. A conferência também levou à adopção de 62 recomendações sobre como implementar os compromissos feitos. A Declaração de Abidjan foi assinada por todos os Chefes de Estado em Maio de 2015 em Acra, Gana, durante a cimeira da CEDEAO.

BALANÇO DA SITUAÇÃO E BOAS PRÁTICAS

Os ministros encarregados de questões ligadas à nacionalidade dos 15 estados membros da CEDEAO realizaram um balanço dos esforços empenhados na luta contra a apatridia através de uma [declaração conjunta](#). Dentre os esforços, podemos citar a regularização de diversas pessoas no sistema nacional de registro civil (Costa do Marfim, Benin et Senegal), os estudos em curso para mapear a natureza, a forma e a amplitude do fenómeno da apatridia sobre o território nacional (Benin, Gambia e Mali), a adesão às convenções sobre a apatridia (Serra Leoa, Guiné-Bissau e Burkina Faso), a proteção de pessoas apátridas (Libéria), etc...

COMPROMISSOS DE ABIDJAN TRADUZIDOS EM AÇÃO

Elaboração de planos de ação nacionais - art. 24

- Na **Guiné**, o plano de ação nacional para a erradicação da apatridia foi oficialmente adotado por decreto presidencial no dia 21 de abril.

A **Serra Leoa** elaborou seu plano de ação nacional para a erradicação da apatridia na sequência do ateliê de 3 dias organizado pelo Ministério do Interior, com apoio do ACNUR e da Comissão Nacional de Direitos Humanos. Os participantes incluíram renomados representantes do parlamento, como o Presidente, Ministros e a sociedade civil. O ateliê foi aberto pelo Ministro do Interior, que demonstrou seu compromisso primordial com a luta contra a apatridia.



O Ministro do Interior da Serra Leoa rodeado pelos participantes
© Senth Kargbo/NaCSA

- Na **Burkina Faso**, a Comissão Nacional de Planificação e do Desenvolvimento aprovou o plano de ação nacional e o transmitiu à Secretaria Geral do Governo para a sua adoção por decreto.
- Na **Guiné-Bissau**, o Ministério da Justiça organizou, com o apoio do ACNUR, um ateliê para revisar o plano de ação nacional e integrar as conclusões de Banjul.

Redução da apatridia – art. 18

- No **Níger**, o projeto de [Recenseamento administrativo para o Desenvolvimento da vocação humanitária \(RADH\)](#) foi aprovado pelo Ministério do Interior no dia 20 de abril. Esse projeto inédito representa um avanço importante na luta contra a apatridia na região de Diffa, que acolhe mais de 250 000 deslocados (refugiados e deslocados internos). Cerca de 85% da população não possui nenhum documento atestando sua identidade ou nacionalidade. Essa iniciativa biométrica de identificação e de regularização de situações individuais constitui o alicerce para um futuro sistema de registro civil muito mais eficaz.
- No **Burkina Faso**, os riscos de apatridia são mais elevados nas regiões marcadas por populações fronteiriças oriundas do Mali e do Níger. Esses territórios, anteriormente disputados, permanecem definidos em função dos fluxos migratórios importantes e de sua população apátrida e/ou a risco de apatridia. O ACNUR realizou uma formação com autoridades administrativas e judiciais nas regiões do Leste e do Sahel. Os participantes se comprometeram a virar porta-vozes da luta contra a apatridia em nível local, assim como a incentivar a população a regularizar sua situação no sistema de registro civil através de audiências públicas.

Assegurar um estatuto jurídico aos apátridas – art. 16

- Na **Libéria**, o ACNUR organizou um ateliê com membros da Comissão Liberiana para a Repatriação e a Reinstalação de Refugiados (LRRRC) que possuem contato regular com populações apátridas. Os participantes foram formados na determinação do estatuto de apátrida, para garantir a essas populações uma proteção jurídica adequada.

Fortalecendo o registro civil – art. 6

- Na **Costa do Marfim**, entre abril e maio, o ACNUR conduziu quatro formações sobre a apatridia, destinadas às autoridades competentes no processo de registro de nascimento do estado (escrivães e futuros escrivães), assim como pessoas reconhecidas por sua competência em termos de sensibilização (líderes religiosos e comunitários, professores de escolas etc). O objetivo dessa atividade foi o de promover a declaração de nascimento das crianças no sistema de registro civil.

Conduzindo campanhas de sensibilização – art. 10

Costa do Marfim – No dia 21 de abril, o ACNUR lançou uma vasta campanha de conscientização itinerante sobre a apatridia. Uma caravana circulou o país e fez escala em diversas cidades, como Abidjan, San Pedro, Bouaké, Bondoukou, Korhogo et Odiene. Para garantir o interesse do público, o ACNUR se empenhou em promover atividades divertidas e interativas. As mensagens de sensibilização foram divulgadas durante a passagem da caravana e inseridas nos espetáculos de dança e música, nas interpretações teatrais, nas projeções cinematográficas e durante as sessões de perguntas e respostas. O sucesso dessas intervenções, que mobilizaram um público de mais de 300 pessoas por dia, também suscitou a curiosidade da [mídia](#) e da televisão nacional.



Atividade de conscientização sobre a apatridia em céu aberto
©UNHCR/Costa do Marfim



Baydi do conhecido grupo Bideew Bou Bess, ávido entusiasta da campanha para lutar contra a apatridia ©UNHCR/Salomé Moulineuf

Senegal - A luta contra a apatridia foi o centro da comemoração organizada por Bideew Bou Bess, banda senegalesa [apoiadora do ACNUR](#), e pelo Ministério da Cultura, durante o Dia da Independência do país. Este ano, o tema do festival foi a cidadania e a coesão social. Bideew Bou Bess organizou [um painel de discussões](#) sobre a apatridia, assim como um [stand de conscientização](#) sobre o tema. Também interpretou sua nova canção [“I Belong”](#) durante o seu concerto, que contou, inclusive com uma transmissão na televisão nacional. Mais de 300 assinaturas foram recolhidas para a campanha #IBELONG. Bideew Bou Bess, parceiro de longa data do ACNUR, reiterou novamente o seu comprometimento na luta contra a apatridia diante de um público interessado e de mídias nacionais atentas a essa causa.

Melhorar o acesso a provas de nacionalidade - art. 7

- No **Mali**, o ACNUR tem supervisionado a implementação do [projeto de naturalização de refugiados a risco de apatridia](#) na região de Kayes, e deseja atenuar os procedimentos administrativos a esses beneficiários. Para isso, o ACNUR organizou do dia 11 ao dia 18 de junho, algumas sessões de trabalho com autoridades locais, nomeadamente, a prefeitura, o tribunal de Kayes e o governo. O ACNUR também informou os refugiados sobre os procedimentos administrativos a serem seguidos.
- No **Benin**, o ACNUR e a ABeGIEF (agência beninense de gestão integrada de espaços fronteiriços) ofereceram um apoio em termos de registro de nascimento às autoridades de 5 regiões fronteiriças que apresentam altos riscos de apatridia. 10 comunas receberam kits informáticos contendo computadores e programas de digitalização de documentos administrativos para permitir a regularização de nascimentos para cerca de 28 000 pessoas.

EM BREVE

- No **Benin**, o Ministério da Justiça e o ACNUR reunirão os atores comprometidos na luta contra a apatridia para realizar um balanço da implementação do plano de ação nacional e revisá-lo segundo o plano de ação de Banjul.

PLATAFORMAS ONLINE



Confira o novo site da internet dedicado a Conferência de Banjul:

www.unhcr.org/ecowas2017

O site disponibiliza todas as informações relativas à reunião: os discursos, o plano de ação de Banjul, recursos de mídia, assim como fotos e vídeos do evento.

Esperamos que você goste do novo site!

NOTÍCIAS SOBRE A APATRIDIA

- A África Ocidental adota um novo plano para pôr fim a apatridia ([Regional- Francês](#))
- Na África Ocidental, mais de 40 milhões de crianças não constam nos registros civis ([Regional- Inglês](#))
- A biometria a serviço da luta contra a apatridia na África Ocidental ([Regional- Inglês](#))
- Um painel de discussões sobre a apatridia durante o festival sobre a cidadania ([Senegal- Francês](#))
- A Serra Leoa a ponto de adotar um plano de ação nacional ([Sierra Leone- Inglês](#))
- Os riscos de apatridia multiplicam-se na Nigéria com a crise que devasta o país ([Nigeria-Inglês](#))
- A consciência estudantil abre os olhos para os problemas de nacionalidade ([Côte d'Ivoire-Francês](#))
- As consequências da apatridia no cotidiano: entrevista com uma pessoa apátrida ([Senegal- Francês](#))

QUER SABER MAIS?

Se você quiser mais informações, nós temos as seguintes opções:

- O [site global](#) do ACNUR sobre apatridia;
- O [site regional](#) do ACNUR sobre a apatridia na África Ocidental;
- A [Campanha #IBelong](#) do ACNUR para acabar com a apatridia;
- [Conferência Ministerial](#) da CEDEAO sobre Apatridia em 2015;
- A [Reunião Ministerial](#) sobre a Apatridia de 2017;
- [KORA](#): blog do ACNUR dedicado a refugiados, pessoas deslocadas internas e pessoas apátridas nas regiões ocidental e central da África;
- Confira nossas mídias sociais, estamos no [Facebook](#), [Twitter](#) (@StatelessWA) e [Youtube](#);
- Você também pode nos contatar por e-mail: sendawas@unhcr.org.



www.unhcr.org/statelessness
unhcr.org/ecowas2015/
<http://data2.unhcr.org/en/situations/statelesswa>



kora.unhcr.org
www.unhcr.org/ibelong/



@statelessWA
#IBELONG
#JAPPARTIENS



sendawas@unhcr.org